

## **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos**

Reunião em 30 de junho de 2003  
Local: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

### **Presentes:**

- Antônio de Pádua Albuquerque de Oliveira, Arquivo Nacional
- Carlos Augusto Silva Ditadi, Arquivo Nacional
- Cláudia Lacombe Rocha, Arquivo Nacional
- Luiz Fernando Sayão, Comissão Nacional de Energia Nuclear
- Márcia Helena de Carvalho Ramos, Marinha do Brasil
- Marcos Oliveira Matos, Marinha do Brasil
- Margareth da Silva, Arquivo Nacional
- Rosely Curi Rondinelli, Museu do Índio
- Sergio Dagnino Falcão, Câmara dos Deputados
- Vanderlei Batista dos Santos, Câmara dos Deputados

### **Sumário dos assuntos tratados:**

1. Leitura e aprovação da ata da reunião de 21-05-2003.
2. Comunicação das alterações na composição CTDE:
  - a. Ingresso: Ana Maria Cascardo (Coordenação Regional do Distrito Federal do Arquivo Nacional) e Ana Pavani (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).
  - b. Saída: José Maria Jardim e Oswaldo Noman.
3. Ana Maria Cascardo representou o CONARQ na reunião do Conselho Federal de Medicina para discutir a certificação de softwares de prontuários médicos. A próxima reunião do CFM será no dia 17 de julho, em Brasília. Foi marcada uma reunião preparatória no dia 11 de julho, no Arquivo Nacional, com Ana Maria, integrantes da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e da Câmara Setorial de Arquivos Médicos para se discutir o assunto.
4. Grupo de trabalho de preservação de documentos eletrônicos:

- a. Carlos Ditadi e Sayão apresentaram um levantamento das iniciativas nacionais e internacionais a respeito da preservação de documentos eletrônicos, comentando as propostas e resultados dos projetos.
  - b. Foi proposta a realização de um estudo de caso de algumas destas iniciativas a fim de apoiar a elaboração de uma carta de preservação digital. Esta carta seria composta de um preâmbulo, uma seqüência de considerações (nos moldes da Carta da Unesco para preservação digital) e algumas recomendações. O documento, a ser submetido ao conselho do Conarq, deverá ser divulgado nos órgãos da administração pública, nas instituições de ensino e pesquisa ligadas à área de informação e nas instituições de arquivo.
  - c. Sayão apontou a necessidade de incentivo a linhas de pesquisa nas universidades brasileiras que enfoquem os problemas afetos aos documentos eletrônicos. Precisamos sensibilizar os professores e estudantes das áreas de informação nestas questões. Ficou definido que a CTDE irá procurar uma aproximação com algumas universidades e convidar alguns representantes a integrarem a Câmara, ao menos como membros correspondentes. Neste sentido, serão feitos contatos com a UFMG, UNB, UFSM e Unicamp, nos cursos de arquivo, ciência da informação e informática.
5. Grupo de trabalho do glossário: Vanderlei apresentou uma primeira versão do glossário, preparada a partir da análise e tradução de termos de vários glossários internacionais: Programa SIADÉ, projeto InterPARES, DIRKS, ISAD-G e versão draft do Dictionary on Archival Terminology (DAT). Os termos que pareciam muito familiares foram agrupados, a fim de se visualizar melhor uma possível definição única. Vanderlei apontou algumas dúvidas que merecem discussão e estudo, e decidiu-se disponibilizar esta versão a todos os membros através da lista de discussão para que todos possam analisar e propor contribuições até a próxima reunião. Foi proposto também que enviássemos uma cópia ao professor José Maria Jardim para análise e colaboração.
6. Grupo de trabalho de gestão arquivística de documentos eletrônicos:
- a. Sérgio apresentou a discussão do grupo de Brasília (Sérgio, Ana Maria e Varreto), na qual foram levantadas algumas questões consideradas prioritárias nos trabalhos da CTDE para o encaminhamento de propostas, padrões e normas:
    - Necessidade do reaparelhamento das instituições arquivísticas para lidar com documentos eletrônicos;
    - A CTDE deve se concentrar neste momento nos aspectos relevantes ao recolhimento e não tratar dos aspectos relevantes exclusivamente às fases corrente e intermediária. Neste sentido deve propor normas para regulamentar a destinação dos documentos eletrônicos, padronizar formatos aceitos para recolhimento, normatizar o registro de conversões de formato (migração), normatizar os procedimentos de autenticação e sigilo e normatizar a descrição do contexto do documento (metadados);
    - Necessidade de definir procedimentos para o tratamento de documentos eletrônicos já existentes;
    - Regulamentação da digitalização de documentos produzidos originalmente em papel.
  - b. O grupo do Rio de Janeiro distribuiu um documento elaborado com a sistematização de conceitos e princípios que deveriam guiar os trabalhos de normatização e definição de padrões a serem desenvolvidos pelo grupo. Estes conceitos e princípios se basearam nos projetos internacionais a respeito de documentos eletrônicos e bibliografia consagrada da área arquivo. No final do documento é apresentada uma proposta de programa de trabalho para a elaboração de um modelo de requisitos funcionais.

Não houve tempo para se aprofundar a discussão das propostas, mas chegou-se à conclusão que as duas são complementares. Os dois trabalhos feitos pelos grupos (slides e documento) deverão ser disponibilizados via lista de discussão para os demais membros da CTDE. O grupo de Brasília deverá fazer uma proposta de trabalho para o desenvolvimento dos pontos apresentados e os dois grupos deverão integrar as discussões ao longo do mês.

7. Grupo de trabalho do levantamento de legislação:
  - a. Não foi apresentado.
  - b. Rosely propôs que Vanderlei ficasse responsável por este levantamento, uma vez que já tem parte deste trabalho adiantado na sua dissertação de mestrado.

Rio de Janeiro, 1º de julho de 2003.

Claudia Lacombe Rocha  
Redatora da Ata